



# TEMPORALIDADES DO NORDESTE: DA PRODUÇÃO AÇUCAREIRA, ALGODOEIRA-PECUARISTA AOS ESPAÇOS ÍDILICOS DE LAZER LITORÂNEO

---

Frederico do Nascimento Rodrigues  
*Universidade Federal do Ceará*

Eustógio W. C. Dantas  
*Universidade Federal do Ceará*

## Resumo

Esse artigo tem como objetivo central discutir/apresentar as imagens fundantes (temporalidades) do Nordeste brasileiro (açucareiro, algodoeiro-pecuarista, do agronegócio e do turismo). Dessa forma, realizou-se levantamento bibliográfico em livros, dissertações, teses e periódicos que deram suporte ao pensamento aqui construído, exposto e trabalhado. Levantaram-se dados a partir do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Banco do Nordeste (BNB). Para complementar metodologia aplicou-se estudo diacrônico do espaço, numa tentativa de entender as várias fases em que passa o Nordeste. O ensaio está dividido em quatro tópicos representativos das temporalidades do Nordeste. No primeiro apresenta-se região açucareira, algodoeira-pecuarista. No segundo, discute-se processo de criação da SUDENE, sendo apresentado como projeto embrionário de modernização. No terceiro tópico, vislumbra-se a construção de imagem positiva de um Nordeste virtuoso que aposta na tecnologia de ponta para difusão do agronegócio. No quarto e último, assiste-se a corrida para os espaços idílicos litorâneos, onde se desenvolvem atividades ligadas ao lazer e ao turismo. Nota-se a construção de dois quadros simbólicos um mais antigo e outro mais recente. Um beneficia a oligarquia algodoeira-pecuarista e o outro se vincula em novo discurso que beneficia empresários do agronegócio e do turismo litorâneo.

**Palavras-chave:** Espaço; Agronegócio; Lazer; Turismo.

# TEMPORALIDADES DEL NORESTE: DESDE LA INDUSTRIA AZUCARERA, ALGODÓN-PASTORALISTA HASTA LAS IDÍLICAS ZONAS DE OCIO DE LA COSTA

---

## Resumen

El objetivo principal de este artículo es discutir/presentar las imágenes fundadoras (temporalidades) del nordeste brasileño (azúcar, algodón, ganado,

agroindústria y turismo). Así, se realizó un relevamiento bibliográfico en libros, disertaciones, tesis y publicaciones periódicas que dieron soporte al pensamiento construido, expuesto y trabajado aquí. Se recogieron datos del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE) y del Banco do Nordeste (BNB). Para complementar la metodología, se aplicó un estudio diacrónico del espacio en un intento de comprender las diversas fases en las que pasa el Noreste. El ensayo está dividido en cuatro temas representativos de las temporalidades del Noreste. El primero presenta la región azucarera, algodonera y ganadera. En el segundo, se discute el proceso de creación de SUDENE, presentándose como un proyecto embrionario de modernización. En el tercer tema, vemos la construcción de una imagen positiva de un noreste virtuoso que invierte en tecnología de punta para difundir la agroindustria. En el cuarto y último tema, vemos la carrera hacia los idílicos espacios costeros, donde se desarrollan actividades relacionadas con el ocio y el turismo. Se destaca la construcción de dos pinturas simbólicas, una más antigua y la otra más reciente. Una beneficia a la oligarquía algodón-pastoralista y la otra se vincula en un nuevo discurso que beneficia a los empresarios de la agroindustria y el turismo costero.

**Palavras clave:** Espaço; Agroindústria; Ocio; Turismo.

## INTRODUÇÃO

Esse artigo representa fragmento de reflexão maior que é uma tese, o objetivo central do texto consiste numa tentativa de discutir/apresentar as imagens fundantes (temporalidades) do Nordeste brasileiro (açucareiro, algodoeiro-pecuarista, do agronegócio e do turismo)<sup>1</sup>. Para isso realizou-se levantamento bibliográfico em livros, dissertações, teses e periódicos que deram suporte teórico ao pensamento aqui construído, exposto e trabalhado. Realizou-se levantamento de dados em sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Banco do Nordeste (BNB), para complementar metodologia aplicou-se estudo diacrônico do espaço, na busca de entender as várias fases em que passa o Nordeste.

O ensaio está dividido em quatro tópicos representativos das “imagens fundantes do Nordeste”, primeiro apresenta-se o Nordeste açucareiro do início da ocupação portuguesa no século XVI, tendo a primeira capital do país fixada no Nordeste, Salvador – BA. Nesse contexto, observa-se a Zona da Mata especializada na produção de açúcar, de outro lado tem-se o sertão que se debruça na pecuária e na produção de algodão. Essas atividades imprimem forte dinâmica econômica, política e tecnológica, fazendo com que o complexo nordestino divida-se em duas grandes sub-regiões: a faixa úmida do litoral oriental e o interior semiárido, esses sistemas econômicos caracterizam os primórdios da colonização.

No segundo tópico mostra-se processo de criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, em 1959, sendo colocado nesse artigo como momento em que se vivencia projeto embrionário de “modernização”. A SUDENE é efetivada num período onde se vislumbra fortes pressões e intensos movimentos sociais que eclodem com força na região, cuja população reivindica

situação de abandono em que se encontrava o Nordeste. A SUDENE emerge com Celso Furtado à frente, tendo por objetivo identificar os principais problemas, planejar formas de superá-los e apontar quais os mecanismos mais eficazes para desenvolver econômica e socialmente a região.

No terceiro tópico, apresenta-se a construção de imagem positiva da região, em meio às limitações físico-geográficas que são impostas, surge então um Nordeste virtuoso e de possibilidades, pautado numa tecnologia de ponta que se concentra no semiárido e cerrado nordestino dando possibilidades para difusão do agronegócio. O quarto e último tópico apresenta a corrida para os espaços idílicos litorâneos onde se desenvolvem atividades ligadas ao lazer e ao turismo, parte que nos cabe falar com maior propriedade, tendo em vista os autores estarem ligados diretamente à temática. Nesse sentido, confirma-se teoria de Dantas (2002), que aponta a formação de dois quadros simbólicos no Nordeste, um mais antigo que fortalece as imagens negativas relacionadas ao semiárido nordestino, que beneficia oligarquia algodoeira-pecuarista e o segundo agora mais recente, que coloca em prática novo discurso que apresenta semiárido por outro prisma relacionando-o a uma virtualidade. Nesse sentido, constrói-se imagem positiva do Nordeste, dessa vez relacionada aos empresários inseridos no agronegócio e no turismo litorâneo, surgem então dois Nordeste um pautado no agronegócio de frutas e grãos nas planícies fluviais e regiões de maciços e outro baseado no turismo que imprime forte dinâmica aos espaços litorâneos.

#### **Nordeste: ponto luminoso da produção açucareira, algodoeira-pecuarista**

Quando se pensa em Nordeste a imagem que vem à tona é de uma região de atividades tradicionais, que desenvolve a cultura de cana-de-açúcar, algodão e pecuária. De uma sociedade marcada por características patriarcais, região das oligarquias, dos coronéis que em espaços específicos como Zona da Mata, campo e cidades litorâneas desenvolveu de forma ardilosa o escravismo, que nutriu por muitas décadas imaginário de que o sertão é por excelência espaço tradicional que deu origem ao Nordeste. Andrade (1964, p.6), tece algumas características do que se convencionou chamar de Zona da Mata, Sertão e Agreste, a tríade que compõe a paisagem nordestina. Segundo o autor na Zona da Mata, encontra-se clima quente e úmido, com duas estações bem definidas, uma chuvosa outra seca, no Sertão denota-se clima quente e seco, características que periodicamente põe a vegetação em estado de dormência, acomete os animais e forçam os homens migrarem, entretanto, pode-se vislumbrar área de transição denominada Agreste, com trechos quase tão úmidos quanto a Zona da Mata e outros quase tão secos como o Sertão. É nesse contexto que Silva *et al* (2006, p.43), aponta um Nordeste não-homogêneo, mas diversificado no que se refere as regiões geográficas,

[...] a zona da mata, sustentáculo da oligarquia canavieira (senhores de engenho) e dos boias-frias, o sertão cerne da oligarquia algodoeiro-pecuarista (coronéis) e dos sertanejos, atualmente há apontamento de novo discurso, pautado na virtualidade do semiárido, fortalecedor das políticas

desenvolvimentista que redimensionam a região, fragmentando-se em função da sua “vocação” turística e agrícola.

Júnior (2006, p.67), aponta que o Nordeste “nasce da constru o de uma totalidade político-cultural como rea o   sensa o de perda de espaços econômicos e políticos por parte dos produtores tradicionais de a u ar e algodão, dos comerciantes e intelectuais a eles ligados”, para o autor a região apresenta-se como uma rugosidade do espaço nacional, que emerge a partir da consolida o de alianças de força, cujo objetivo era barrar o processo de integra o nacional iniciado pelo Centro-sul.

Evidencia-se que não existe apenas um Nordeste, mas vários, cada um com profundas diferencia es entre si, realidade essa apontada por diversos autores (ELIAS, 2006). Em décadas pretéritas o cenário predominante no semiárido era de um espaço inóspito de clima quente e seco, m  distribui o de chuvas, de longos períodos de estiagens, onde se observa paisagem composta pela caatinga, vegeta o xerófita, solos rasos/pedregosos, espaço composto por uma popula o castigada pelos efeitos climáticos e sazonalidade das políticas públicas. No entanto, apesar dessas características naturais e sociais que denotam imagem negativa do que vem a ser Nordeste, vislumbra-se fator geográfico natural imperioso no que diz respeito   questão hidrológica, o rio São Francisco, cuja nascente encontra-se em Minas Gerais e toca os estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe desaguando no Oceano Atlântico, apresentando-se como bacia de drenagem exorr ica.

Tal realidade proporciona desde épocas pretéritas ocupa o humana diferenciada, numa região cheia de limita es físico-geográficas denominada sertão (RAMOS, 2006). É no Sertão nordestino que se concentra clima Tropical Semiárido, que tem como características (já mencionadas) a baixa incidência de chuvas, ou até mesmo a ausência dessas em intervalos de tempo que podem ser curtos ou prolongados, realidade t pica no cotidiano difícil do sertanejo, que nos remete à Euclides da Cunha que dizia em seu clássico os *Sertões* de que “o sertanejo antes de tudo é um forte”. O espaço sertanejo remete a “interior” e de acordo com Holanda (1995, p.101) quando se fala em “interior” pensa-se como no século XVI, onde se observa uma região escassamente povoada atingida pela cultura urbana, ou seja, evidencia-se que o sertão nordestino apresenta-se como região do atraso se comparada as áreas urbanas do país, segundo Alves e Dantas (2016, p.9) o “sertão durante muitos anos foi visto como imagem representativa de Nordeste”. Nesse sentido, Júnior (2006, p.111), destaca que José Américo e Raquel de Queiroz, embora enfatizem em seus escritos o litoral, apontam o sertão “como espaço tradicional por excelência” sendo a partir dele que se originou a região.

O Nordeste vivenciou circuito econômico virtuoso no início da ocupa o do território nacional pelos portugueses no século XVI, sendo Salvador – BA a primeira capital. Nesse período tem-se destaque para a produ o açucareira, apontada por Furtado (2007, p.106) como “o negócio colonial agrícola mais rentável de todos os tempos”. Observa-se que nos primórdios justifica-se uma

racionalidade que favorecia segmentos de uma elite local que despendia energia para o abastecimento do mercado europeu. De um lado tem-se a Zona da Mata, especializada na produção de açúcar, do outro, o sertão, pecuarista e de plantio/exportação de algodão, atividades que imprimem forte dinâmica econômica, política e tecnológica (DANTAS, 2013), ou seja, pode-se afirmar que o complexo econômico nordestino se divide em duas grandes sub-regiões: a faixa úmida do litoral oriental e o interior semiárido. Essa divisão corresponde grosso modo, aos dois sistemas econômicos constituídos desde os primórdios da colonização: um baseado na produção de açúcar e outro apoiando-se na pecuária (GTDN, 1967), fato que nos leva a constatar a imagem de dois Nordeste, o açucareiro e o pecuarista. Dentro dessa lógica Holanda (1995, p.48), enfatiza que

A boa qualidade das terras no Nordeste brasileiro para lavoura altamente lucrativa da cana-de-açúcar fez com que essas terras se tornassem o cenário onde, por muito tempo, se elaboraria em seus traços mais nítidos o tipo de organização agrária mais tarde característico das colônias europeias situadas na zona tórrida.

Dantas (2013, p.66), explica que no Nordeste criou-se imaginário associado a clima e solos típicos da zona semiárida, dinamizado com a inserção do algodão (ouro branco) que dá notoriedade ao sertão frente à economia internacional durante a Guerra de Secessão, onde EUA fica impossibilitado de atender o mercado europeu, eclipsando dessa forma a Zona da Mata produtora de alimentos (carne seca). No entanto, deve-se reconhecer que a pecuária apresentou-se também como atividade de extrema importância, pois foi responsável pela formação de inúmeras cidades de pequeno e médio porte, que possuíam função de pontos de abastecimento comercial e que até hoje são importantes, do ponto de vista da dinâmica regional, destaque para Aracati – CE, Mossoró – RN, Campina Grande – PB, Caruaru – PE, Feira de Santana – BA.

Nota-se que o dinamismo propiciado pela pecuária, em conjunto ao crescimento das cidades sertanejas, torna-se atrativo para antigos escravos e desocupados da economia açucareira litorânea em declínio. Vislumbra-se que o litoral do período da colonização e que se apresentava como área principal da dinâmica econômica entra em fase de dormência, motivada pelo desenvolvimento do sertão e da pecuária (ALVES; DANTAS, 2016). Nesse sentido define-se a economia do semiárido a partir da pecuária extensiva e de uma agricultura de baixo rendimento. Do ponto de vista da classe trabalhadora à atividade agrícola se apresenta de forma preponderante, mas para a classe proprietária, a pecuária possui maior significado econômico (GTDN, 1967).

A região entra em colapso e longo período de estagnação, por não conseguir acompanhar as mudanças rápidas vivenciadas pelo país entre o final do século XIX e primeira metade do XX (ARAÚJO; SANTOS, 2009). Nesse contexto, Furtado (2007, p.91) aponta que, “a economia açucareira do Nordeste, com efeito, resistiu mais de três séculos às mais prolongadas depressões, logrando recuperar-se

sempre que o permitiam as condições do mercado externo, sem sofrer nenhuma modificação estrutural significativa”. Segundo o autor, a população nordestina desde o primeiro século da colonização estava ocupada em dois sistemas econômicos, açucareiro e o pecuário, para ele,

A decadência da região nordestina é um fenômeno secular, muito anterior ao processo de industrialização do Sul do Brasil. A causa básica daquela decadência está na incapacidade do sistema para superar as formas de produção e utilização dos recursos estruturados na época colonial. A articulação com a região sul, através de cartelização da economia açucareira, prolongou a vida do velho sistema cuja decadência se iniciou no século XVII, pois contribuiu para preservar as velhas estruturas monoprodutoras.

Para entender melhor o Nordeste, é necessário se apropriar de importante conceito geográfico que é Região. Haesbaert (2010, p.94), define que “a região pode ser vista como um artifício ou mecanismo social-intelectual, necessário para o entendimento e, de forma mais ampla e pragmática, para a própria produção de uma nova realidade”. Júnior (2006, p.26), explica que a região não é apenas uma “unidade que apresenta diversidade, mas é produto de uma operação de homogeneização, que se dá na luta com as forças que dominam outros espaços regionais, por isso ela é aberta/móvel e atravessada por diferentes relações de poder”. Para Santos (2013, p.29), compreender o conceito de região,

[...] é uma forma de dar uma resposta local ao processo de expansão capitalista, pois a regionalização decorre de diferentes processos combinados, a saber, a divisão social do trabalho, a acumulação de capital que origina redes e define bases territoriais, a reprodução da força de trabalho, a organização espacial da população e a ação dos processos políticos e ideológicos de dominação usados na manutenção das relações sociais de produção.

Oliveira (1977, p.29), aponta que região é “o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital” consequentemente transforma-se numa forma espacial de luta de classes, “onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição”. Albuquerque (2006, p.68), aponta que o termo Nordeste começa a ser utilizado como forma de delinear área de atuação da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), criada em 1919, anteriormente denominada IOCS, ganhou a denominação IFOCS no governo paraibano de Epitácio Pessoa, em 1919, em seguida em 1945 transforma-se em DNOCS, sob o governo de Getúlio Vargas. Mudam-se as siglas, mas a essência e objetivos permanecem os mesmos. Andrade (1983, p.105), aponta que a atuação do DNOCS, em especial nos períodos de seca contribuiu para a construção de

estradas, aproximou sertão/litoral e dessa simbiose pode-se observar dinâmica de alguns centros urbanos sertanejos localizados em áreas geograficamente favoráveis. Para Taveira (2015, p.136), o DNOCS teve papel preponderante para amortização dos problemas que envolviam a seca, proporcionou abastecimento de água potável, construção de barragens e açudes em diversos municípios, que mais tarde optaram pelo desenvolvimento do turismo.

Albuquerque (2006, p.68), destaca que o Nordeste surge amalgamado à Região Norte do país sujeito a estiagens, portanto merecedor de atenção especial das políticas públicas federais. Andrade (1993, p.5), destaca que o conceito de Nordeste, a aceitação de que existe uma região com essa denominação surge entre o Brasil Império e a Primeira República, os estados hoje denominados de nordestinos eram classificados como “do Norte”, admitia-se que o país poderia ser fragmentado em duas porções: O Norte e o Sul, a primeira subjugada à segunda.

Castro (1992, p.195), afirma que quando se remete a Região Nordeste, o primeiro elemento a ser identificado e analisado é a seca, que historicamente apresenta-se como o melhor pano de fundo para as articulações e jogadas políticas. De acordo com a autora, desde 1877, ocorre o que ela denomina de “conscientização dos representantes nordestinos”, mas essa realidade vem no sentido de aproveitar e utilizar o fenômeno climático da seca como forma de conseguir investimentos governamentais para à Região. Para a geógrafa essa é uma das faces da “Indústria da Seca”, a outra atua em escala local desviando verbas de emergência às vítimas da escassez hídrica.

Garcia (1987, p.7), também se posiciona quando se fala em Nordeste, de acordo com o autor, à lembrança que surge é a imagem de uma região imersa na miséria, sujeita a secas periódicas que dizima rebanhos, frustra o desenvolvimento agrícola, ocasiona êxodo rural, morte, fome e sede. Vislumbra-se a imagem truculenta dos “coronéis” que mandavam matar e surrar trabalhadores, impedindo-os de formar as ligas camponesas e/ou sindicatos. Há ainda, segundo ele aquele Nordeste associado ao banditismo social/rural, que foi o cangaço movimento que ganhou outro significado, agora com teor romântico, de homens injustiçados que lutavam contra grandes latifundiários, em defesa dos despossuídos da terra.

Andrade (1964, p.3), aponta a Região Nordeste como área vítima das secas cíclicas que desde o período colonial ganha atenções e verbas do governo em períodos de crise. O autor destaca que a imagem que emerge é o de uma região com grandes áreas de cultivo de cana-de-açúcar que enriquece pequena parcela por meio de uma maioria que vende a força de trabalho no campo. Outra imagem que vem à tona é o de uma área subdesenvolvida, com baixa renda per capita, ou ainda aquela associada às revoluções libertárias. Nesse contexto, Garcia (1987, p.8), aponta que “Existem vários Nordestes, de características climáticas, humanas e até culturais, diferenciadas entre si. Existem até Nordestes ricos, pequenas ilhas de riqueza incrustadas num imenso mar de miséria”.

Silva *et al* (2006, p.13), afirma que temos dois nordestes, no que tange à demarcação territorial. Um demarcado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística – IBGE, por meio da divisão regional do Brasil feita por Fábio de Macedo Soares Guimarães e outro delimitado para planejamento pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, tendo como objetivo coordenar a aplicação de verbas públicas na região busca-se assim salvação do flagelo do subdesenvolvimento. Mobilizou-se corpo técnico para realizar levantamento das possibilidades e necessidades regionais, um estudo demorado e bastante criterioso. Percebe-se que a SUDENE contribui para dinamizar a economia nordestina, para o desenvolvimento das indústrias, dos serviços, modernização parcial da agricultura, entretanto, não se desenvolveu ritmo semelhante ao país (ANDRADE, 1964; ANDRADE, 1983).

### **SUDENE: Projeto embrionário de modernização do Nordeste**

Em meados da década de 1950, observa-se um Nordeste efervescente, onde se vislumbra fortes pressões e movimentos sociais que eclodem com rigidez. Há uma conscientização/mobilização da sociedade brasileira guiada por forças sociais e políticas que reivindicam situação de abandono secular que passa a região, no que tange as políticas nacionais de promoção do desenvolvimento, que ocasionam atraso crescente se comparado às outras áreas de desenvolvimento do país. Nesse contexto, o governo do Presidente Juscelino Kubitschek, associado aos profundos conhecimentos científicos de Celso Furtado criam possibilidades em 1956, para a criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN que tinha à frente Celso Furtado, que por meio do documento intitulado “*Uma política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*”, origina os quatro sucessivos Planos Diretores que balizaram as ações de desenvolvimento da SUDENE que se inicia na década de 1960.

A SUDENE surge em 15/12/59 com o objetivo de identificar os principais problemas, traçar formas de superá-los e apontar os mecanismos eficazes para desenvolver econômica e socialmente a região. O GTDN foi responsável em apontar pela primeira vez, que os recursos naturais não eram os únicos fatores sobre os quais as ações governamentais deveriam agir, a proposta deveria ir além, concentrando-se na reestruturação econômica e social (CARVALHO, 2008).

De acordo com Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR (2017), a instituição da SUDENE apresentou-se como marco histórico para o desenvolvimento brasileiro sendo uma das conquistas nacionais mais importantes, dando início a uma nova era, delineada pela incorporação progressiva da Região Nordeste seguida da Amazônia. O governo tenta com essas ações manter equilíbrio no desenvolvimento regional do país, descentralizando as atenções e investimentos que se concentravam no Sul e Sudeste.

Segundo Dantas (2007, p.11), seguiu-se as orientações da SUDENE fazendo com que o gênero de política se fundamentasse no processo de industrialização que paira sobre o país, sendo considerado única via de desenvolvimento nacional. Esse fenômeno atinge o Nordeste na década de 1960. Para o autor, indica-se a indústria como força motriz da política de desenvolvimento econômico regional, que propicia grosso modo, fracos investimentos na construção de quadro positivo à exploração do turismo. Os governos acabam sendo seduzidos pelo paradigma da



industrialização, coloca-se em segundo plano ou simplesmente negligenciam as potencialidades turísticas do Nordeste, fazendo com que nesse período todos os esforços se concentrem na inserção de indústrias. Diante da escassez da oferta de terras adequadas para o desenvolvimento agrícola, apontou-se como única saída a industrialização, tendo em vista que esse processo se apresentou como modelo racional para o restante do país, como forma de abrir caminho para o desenvolvimento, em decorrência da “elevada densidade demográfica da faixa litorânea, para aumentar a produtividade do trabalho nessa região é mister aumentar a densidade de capital por pessoa ocupada, o que implica, necessariamente, a industrialização” (GTDN, 1967). Seguindo essa lógica Furtado (2007, p.329), aponta que esse processo,

Começou no Brasil concomitantemente em quase todas as regiões. Foi no Nordeste que se instalaram, após a reforma tarifária de 1844, as primeiras manufaturas têxteis modernas e ainda em 1910 o número de operários têxteis dessa região se assemelhava ao de São Paulo. Entretanto, superada a primeira etapa de ensaios, o processo de industrialização tendeu naturalmente a concentrar-se numa região. A etapa decisiva de concentração ocorreu, aparentemente, durante a Primeira Guerra Mundial, época em que teve lugar a primeira fase de aceleração do desenvolvimento industrial.

A implantação da política de regionalização fundamenta-se no processo de industrialização, buscando justificativa no quadro imagético negativo da região, que se contrapõe à visão romântica contida na literatura regional. O Nordeste emerge como “região problema” onde as condições naturais predominantes na semiáridade inviabiliza o desenvolvimento de qualquer outra atividade. A opção pela indústria se apresenta como ação estratégica da SUDENE que direciona investimentos maciços do governo federal, cujo intuito é solucionar o desequilíbrio regional existente no país (DANTAS, 2013). De acordo com Carvalho (2008, p.40), a SUDENE mesmo com todo processo de desgaste e fragilização que enfrentou, buscou fazer uma política de caráter desenvolvimentista, tentando proporcionar maior inclusão social e redução às desigualdades interpessoais e inter-regionais de renda. Dessa forma, conseguiu mudar fortemente sua estrutura produtiva, mas em termos sociais não foi bem sucedida.

No Plano Nacional de Desenvolvimento – I PND, vislumbra-se que os investimentos são focados nos setores de siderúrgica, petroquímica, transportes, construção naval, energia elétrica e mineração, em sua segunda edição - PND II é o primeiro documento nacional que aponta o turismo como atividade potencial para o desenvolvimento do Nordeste e demais regiões do país, mas ao mesmo tempo percebe-se que à atividade ainda é vista de forma secundária, em detrimento dos olhares voltados integralmente para o setor secundário (ALVES; DANTAS, 2016). No entanto, o turismo quebra paradigmas e gradualmente se torna num dos principais vetores de mudança na percepção do que vem a ser Nordeste, apaga-se a imagem da seca e surge a de região das possibilidades, a

partir de condutas/ações políticas do governo somadas ao II PND ainda na década de 1970. Pode-se dizer que se inicia de fato processo de modernização do território e das atividades econômicas, pautados não mais nas atividades tradicionais e/ou na indústria, mas sim no turismo e agronegócio.

### **Emerge um “novo” Nordeste: o do agronegócio**

O Nordeste se apresenta como uma das cinco regiões geográficas do território brasileiro, com superfície total de 1.554,257 km<sup>2</sup> e 57.254,159 milhões de habitantes (IBGE, 2017). Dessa forma, encontra-se na terceira posição de região mais extensa do país perdendo apenas para Norte e Centro-Oeste. Na Região Nordeste encontram-se características geoambientais do Polígono das Secas, onde se vislumbra rigidez do semiárido com poucas alterações nas estações, baixos índices de chuvas e elevadas temperaturas que variam de 28°C a 33°C amenizadas pelos ventos alísios.

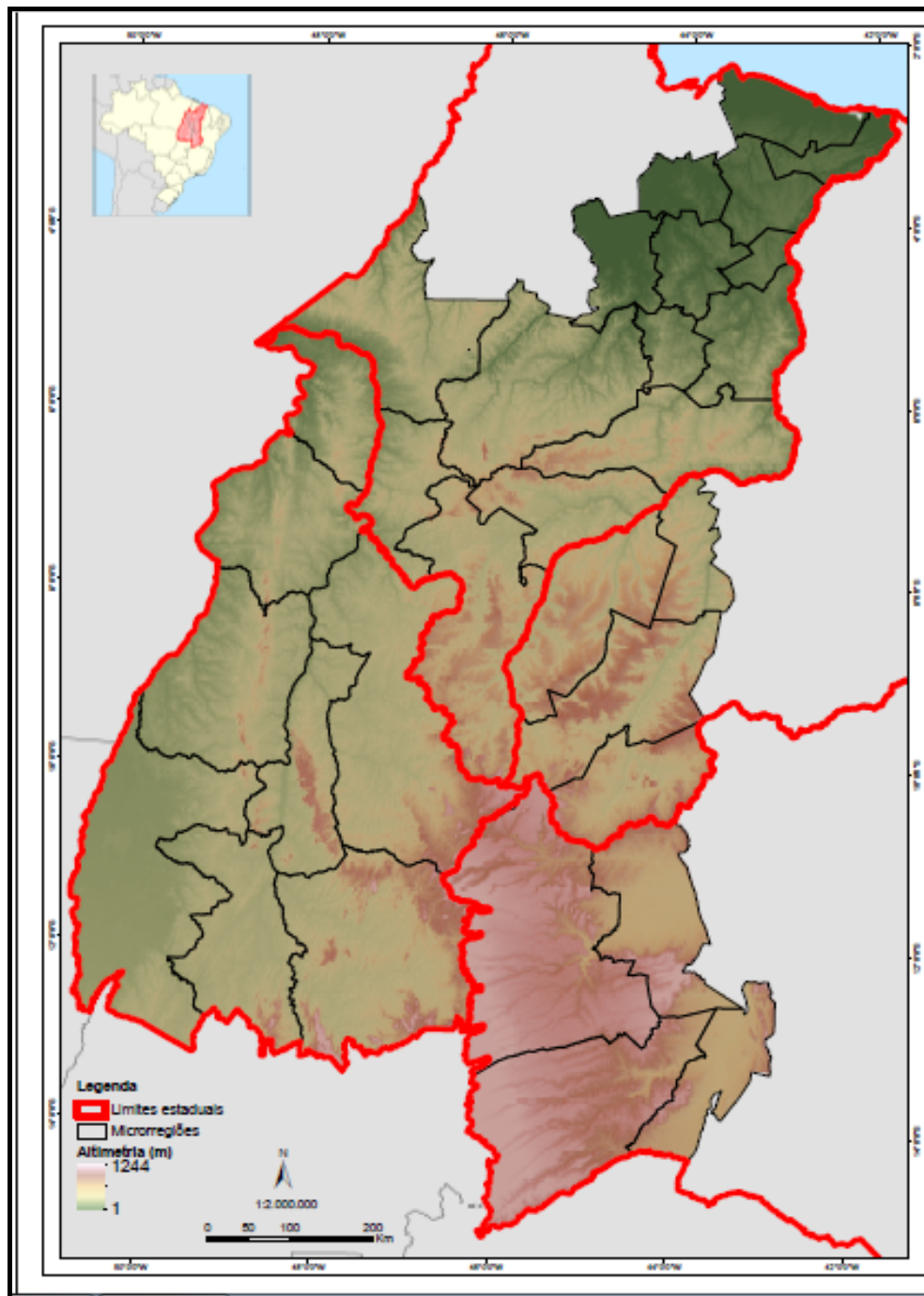
Segundo Castro (1996, p.297), observa-se no Nordeste um duplo discurso relacionado à natureza semiárida. Um é mais antigo e atribui à natureza dificuldades que explicam os problemas socioeconômicos. Aponta-se que esses são impostos pelo clima como uma das causas fundantes da problemática vivida na região. O outro discurso, mais recente, aponta a escassez pluviométrica como benéfica, pois dificulta a reprodução de pragas, e tem na grande extensão dos solos um enorme potencial para agricultura irrigada de caráter empresarial denominada de agronegócio, que recentemente inseriu o semiárido e cerrado nordestino nos circuitos produtivos da agropecuária globalizada, tornando-os reconhecidamente participantes nos processos de (re) produção dos espaços agrícolas nacionais. Elias (2011, p.157), (2017, p.12) aponta que no Nordeste existem áreas difusoras do agronegócio, em especial na produção de grãos (soja, algodão, café e milho) ou da produção de frutas tropicais, todas voltadas à exportação. Ela classifica essas áreas de Regiões Produtivas Agrícolas – RPAs, a autora aponta que as,

[...] microrregiões do Baixo Jaguaribe (CE), Mossoró e Vale do Açu (ambas RN, destaca-se pela produção de frutas tropicais, especialmente melão, banana e abacaxi, tem seu espaço comandado a partir de Mossoró, cidade de porte médio, a segunda mais importante do Estado do Rio Grande do Norte; uma segunda RPA formada pelas microrregiões de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), nacionalmente conhecida por ser um dos primeiros vales úmidos do Nordeste ocupado pela produção intensiva de frutas tropicais, especialmente uva, é uma região comandada a partir da cidade de Petrolina; uma terceira Região Produtiva Agrícola composta pelas microrregiões com destacada produção de soja, Alto Parnaíba Piauiense (PI), Barreiras (BA) e Gerais de Balsas (MA) comandadas, especialmente, por Barreiras, uma cidade de porte médio.

Dantas (2002) ao falar dos discursos que imperam no Nordeste, complementa a teoria de Castro (1996) ao apontar que existem dois quadros simbólicos, um mais antigo que fortalece as imagens negativas relacionadas ao semiárido nordestino, que beneficia uma oligarquia algodoeira-pecuarista. O segundo mais recente, coloca em prática novo discurso, apresentando o semiárido por outro prisma relacionando-o a uma virtualidade. Constrói-se imagem positiva que dessa vez relaciona-se aos interesses dos empresários partícipes do agronegócio e do turismo. Para Dantas (2013, p.67), a reflexão que envolve o semiárido é retomada, suas virtualidades são evidenciadas no surgimento de dois Nordestes, um do agronegócio e outro do turismo litorâneo.

O agronegócio está associado às planícies fluviais, regiões de maciços especializados na produção de frutos e o cerrado nordestino destaca-se com a produção de soja. Aqui cabe destacar, a expressão MATOPIBA<sup>ii</sup> que é um acrônimo representativo das iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, onde se vislumbram mais nova expansão da fronteira agrícola brasileira, pautada em tecnologias modernas que garantem alta produtividade, seguida da intensificação do uso de terras, desapropriações e impactos socioambientais de grandes proporções no Bioma Cerrado, alguns em estágio de degradação irreversível. Na Figura 1, pode-se visualizar a delimitação do território de MATOPIBA, já na Figura 2 observa-se a diluição dos investimentos do PRODETUR/NE para desenvolvimento do turismo nos espaços litorâneos nordestinos.

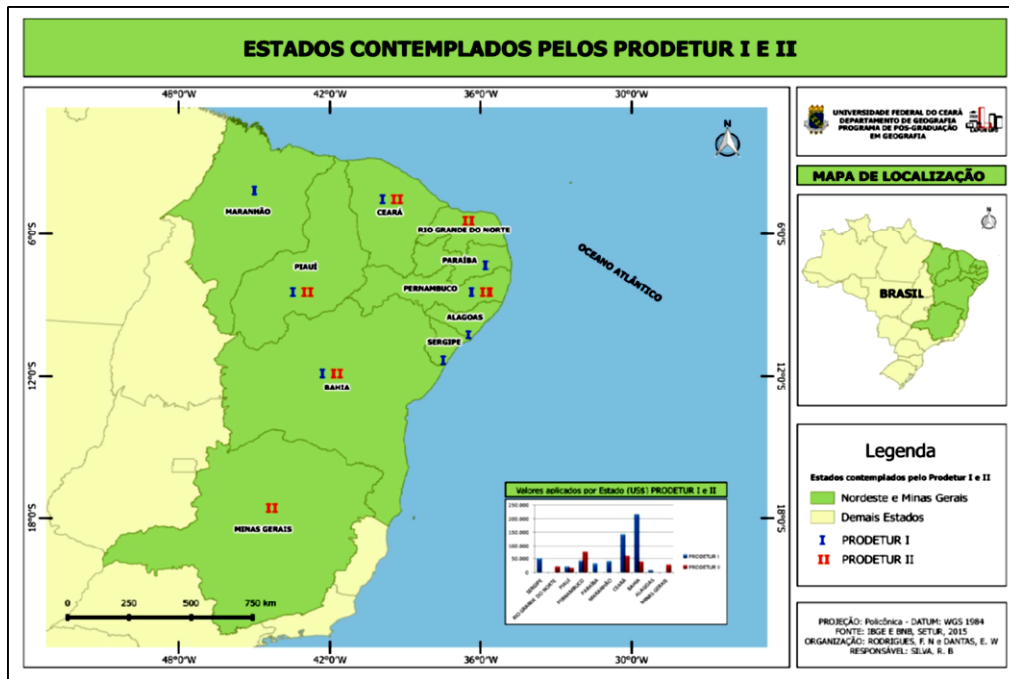
**Figura 1.** Delimitação e caracterização territorial do MATOPIBA



Fonte: <https://www.embrapa.br/gite/projetos/matobipa>. Campinas, SP - Fevereiro de 2015.

Elaboração: MIRANDA, E.E. de; FONSECA, M.F.; CARVALHO, C.A.; MARTINHO, P.R.R.; MAGALHÃES, L.A.; DALTIO, J.

Figura 2. Investimentos do PRODETUR I e II por estados



Fonte: IBGE, BNB e SETUR, 2015; Organização: RODRIGUES, F.N e DANTAS, E.W.C

Elaboração: SILVA, R.B.

Segundo Elias (2017, p.3), um dos grandes objetivos do agronegócio consiste na obtenção de lucro e renda da terra, produz-se diversas mercadorias novas que são consumidas pelo mercado urbano, nacional e internacional. Essa realidade envolve alimentos, *commodities* e agrocombustíveis. O agronegócio globalizado tem como principais agentes as empresas agrícolas, agroindustriais, grandes corporações agroalimentares, agroquímicas, onde se visualiza atuação de um dos principais agentes do capitalismo contemporâneo, que é o capitalismo financeiro que utiliza vários instrumentos como fundo de investimentos para acirrar o processo de financeirização da agropecuária abrindo capitais de diversas empresas na bolsa de valores. Dessa forma observa-se que à atividade do agronegócio apresenta-se de forma preponderante e de extrema importância para à região. Elias (2006, p.15), aponta que no Nordeste difunde-se algumas especializações produtivas agrícolas voltadas para à fruticultura tropical e grãos para exportação. Na produção de grãos (soja) a autora destaca o sul do Maranhão, sul do Piauí e oeste baiano, território que abrange MATOPIBA. No campo da fruticultura existem duas áreas, a do Baixo Açu - RN que se estende até o Baixo Jaguaribe - CE; e o segundo corresponde a região de Juazeiro - BA/Petrolina - PE. Para a autora, destaca-se nesse contexto cidades como Petrolina – PE e Limoeiro do Norte – CE como cidades do agronegócio da

fruticultura tropical; Balsas – MA, Uruçuí – PI, Barreiras – BA e Luís Eduardo Magalhães – BA apresentam-se como cidades do agronegócio da soja.

O pesquisador Ximenes (2019, p.1), em artigo apresentado ao Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE, aponta que o agronegócio do Nordeste superou cifras de US\$ 11 bilhões em 2018 com transações no comércio exterior, o que ocasionou superávit de cerca de US\$ 6 bilhões, fazendo com que a região apresentasse melhor crescimento no país, nota-se alta de 25,40% se compararmos ao ano anterior 2017, o autor aponta que,

[...] o Banco do Nordeste investiu em 2018 no setor primário (agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura) mais de R\$ 7 bilhões, alta de 16,94% em comparação a 2017. Em infraestrutura, os investimentos do Banco do Nordeste totalizaram R\$ 16,47 bilhões, por exemplo, na geração e transmissão de energia elétrica infraestrutura aeroportuária e outros.

O Nordeste contribuiu com 5,88% no superávit das exportações do país em 2018, as outras regiões do país contribuíram com 32,91% (Sul), 29,83% (Centro-oeste), 26,93% (Sudeste) juntas apresentam 89,67% no saldo do comércio exterior do agronegócio. Cerca de 95% das exportações em 2018 foram produtos de origem vegetal, proporcionando saldo de US\$ 5,69 bilhões, tendo destaque os complexos soja, produtos florestais e frutas. O complexo soja (soja em grãos, óleo de soja e farelo de soja) somam 42,31%, os produtos florestais (celulose, papel, madeira, borracha) 27,14%, responsáveis por cerca de US\$ 5,92 bilhões, já a exportação de frutas contabiliza US\$ 382 milhões, a castanha de caju US\$ 116 milhões.

Nesse contexto, percebe-se que ao longo do tempo e da história gradativamente as culturas tradicionais nordestinas como cana-de-açúcar e algodão perdem importância nas exportações, pois entram em cena novos produtos como uva (sem semente), manga (sem fibra), melão, castanha de caju. A introdução de novas culturas e a transformação de produtos nacionais contribuem para a reelaboração e ressignificação de símbolos da agricultura nordestina, agora pautados nos frutos tropicais, saudáveis e naturais, que estão associados ao clima e à beleza do Nordeste que anteriormente se apresentava como “região problema” (CAVALCANTI, MOTA E SILVA, 2006).

De acordo com Alves (2006, p.236), no Nordeste nutriu-se uma preocupação em proporcionar condições para o desenvolvimento da economia em áreas do interior da região, que tradicionalmente tinha baixo rendimento para integrar-se ao mercado nacional e/ou internacional, por meio das exportações. Nesse sentido, o pesquisador enfatiza que foram criados alguns programas para mudar essa realidade como Polo Nordeste, Projeto Sertanejo e o Programa de Irrigação do Nordeste. Monteiro e Aguiar (2006, p.211), apontam que a partir da década de 1950 inicia-se processo de modernização agropecuária, onde se vislumbra “consolidação de complexos agroindustriais e criação de mecanismos estatais como crédito agrícola, incentivo à exportação, à pesquisa e incentivos fiscais [...]”,

além das linhas de créditos disponibilizadas pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e do Banco do Nordeste - BNB, cujo objetivo era de financiar projetos de reflorestamento e aprimoramento da pecuária. Soma-se esse tipo de política estratégica aos projetos hidroelétricos e sistemas modernos automatizados de irrigação, que proporcionam profundas transformações em partes do semiárido e dos tabuleiros costeiros nordestino, agora se apresentando como espaço de produção de frutas frescas, que mantêm fortes vínculos com o mercado nacional/internacional (CAVALCANTI, MOTA E SILVA, 2006)

Nesse contexto, percebe-se que na Região Nordeste existem duas lógicas de organização do território: uma conservadora, que articula a escala local/regional e nacional, definindo um espaço econômico e político que garante organização social e poder no território, com base nos azares climáticos; e outra modernizadora, que articula a escala local com a internacional, organizando o espaço a partir de imposições de caráter tecnológico e de mercado, com base nas vantagens climáticas (CASTRO, 1996). Dantas (2013, p.65), enfatiza que se assistiu à passagem de um imaginário social/político representativo de uma região produtora de alimentos, mas que sofreu impactos de natureza perversa, para justificar as políticas de industrialização, agora evidencia-se imagem positiva do semiárido, que alavanca investimentos no domínio do agronegócio e do turismo litorâneo, apresentando-se como variáveis inovadoras. Nesse contexto Elias (2006, p.33), destaca que,

[...] apontaram dez atividades como as de maior possibilidade de inserção competitiva do Nordeste. Três foram escolhidas para dar início ao processo: o agronegócio de frutas tropicais, o agronegócio de grãos, a partir da expansão de uma agricultura intensiva em capital e tecnologia nas manchas irrigáveis e nos cerrados, encabeçada pela iniciativa privada, pelas empresas agrícolas e agroindustriais, que conta com uma série de programa e projetos de incentivos; e o turismo litorâneo, que teve expressivo reforço com o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR).

A economia nordestina vem sendo gradativamente modernizada, em decorrência mais do fortalecimento dos grupos econômicos locais, do Sul, Sudeste e internacionais, do que dos próprios interesses da população regional. Urge a necessidade de políticas econômicas que visem não apenas o crescimento da produção, intensificação da exploração, da mão-de-obra e dos recursos naturais, mas que tenha como centralidade atender as necessidades básicas da população autóctone (ANDRADE, 1993). Pode-se concluir que a construção de uma imagem positiva do Nordeste, se dá por duas frentes por meio do agronegócio e do turismo litorâneo que dão notoriedade e dinamizam a economia regional.

### **A corrida para os espaços idílicos de lazer litorâneos**

Dando continuidade à análise, agora se debruçando no turismo litorâneo é preciso primeiramente entender que a formação territorial do Nordeste, pode então ser analisada a partir de um movimento pendular de desenvolvimento de sua economia, que permitem enxergar a retomada do litoral enquanto área de importância econômica, em contraponto ao sertão, que durante muitos anos, foi visto como imagem representativa do Nordeste. O desenvolvimento urbano das capitais nordestinas, juntamente com atividades ligadas ao lazer, vilegiatura e turismo litorâneo foram elementos preponderantes para fundamentar nova imagem da região.

O que se tinha era um imaginário social nordestino construído pelas antigas oligarquias agrárias que apontavam a região como vítima de um quadro social perverso relacionado à seca e a semiáridade. Dessa forma, esse quadro natural era responsável pelos problemas de ordem econômica, social e regional como a miséria, subdesenvolvimento, fome e atraso da inserção nordestina no circuito da economia nacional e global (ALVES, 2013).

A corrida para áreas litorâneas deu-se em virtude da mudança de mentalidade de uma sociedade que passa a valorizar as zonas de praia por meio de atividades ligadas ao lazer (caminhadas, nado, banhos de sol), vilegiatura marítima e mais recentemente o turismo e esportes náuticos como o *kitesurf*, o que Dantas (2011) denomina de práticas marítimas modernas, fazendo com que se imprima nova dinâmica as zonas de costa. Os fatores históricos de incorporação do território brasileiro, sobretudo o litorâneo, seguiu tendência mundial, onde se ocupou predominantemente áreas próximas ao litoral.

De acordo com o censo demográfico do IBGE – 2010, percebe-se que 26,58% da população concentra-se em municípios situados na zona costeira brasileira. Parte significativa dessa população ocupa-se em atividades ligadas diretamente/indiretamente ao turismo, produção/extração de petróleo, gás natural, pesca e serviços que se enquadram dentro da lógica econômica dos municípios. Nesse contexto, Madruga (1991, p.14) utiliza o conceito de litoralização para definir essa “corrida para o mar, ampliando em dimensões o território desta zona, com ocupações provocadas pela urbanização, industrialização e pelo turismo”.

O termo litoralização, foi utilizado pela primeira vez em 1990 no XI Encontro de Geógrafos do Ceará. De forma mais específica, esse termo foi definido pelo autor (Madruga) como um processo organizado de incorporação do litoral ao mercado de terras e a “indústria turística”. Com a adoção das políticas públicas provocou-se a valorização artificial da terra e nesse sentido observa-se desterritorialização gradual dos antigos habitantes e dentro dessa lógica produz-se uma paisagem litorânea artificializada e tecnicada, a partir da construção de segundas residências, empreendimentos imobiliário-turísticos, *resorts*, salinas, campos de extração de petróleo, complexos eólicos, estruturas que concomitantemente ocasiona sérios impactos de cunho social e ambiental.

É preciso ter em mente que todas as atividades humanas que se concentram em aglomerações urbanas próxima à zona costeira exercem pressão sob o meio natural, por isso torna-se necessário estabelecer áreas de preservação e proteção ambiental cujo objetivo é garantir a conservação de variadas espécies animais e



vegetais. Apenas dessa forma, pode-se ter uso sustentável dos recursos naturais encontrados no mar, manguezais, restingas, dunas e demais ambientes costeiros. Luchiari (1992, p.1), destaca que dentro dessa relação sociedade/natureza deve-se fazer abordagem de determinadas características que envolvem a esfera social, econômico, político e ambiental. A autora enfatiza que “não se pode pensar exclusivamente no aspecto social ou se ter como meta uma posição radicalmente preservacionista”, para ela o problema que se apresenta não é mais “se devem ou não recriar as paisagens, mas de que maneira isso pode ser alcançado com responsabilidade e com base na percepção e na experiência dos usuários”. Nesse sentido, observa-se que por muitos anos no litoral nordestino predominou-se o uso da pesca artesanal realizada por meio da jangada e de importante usuário, o pescador também conhecido como jangadeiro. Para Aquino (1985, p.89),

O jangadeiro é um tipo bastante diverso do trabalhador rural. Corajoso e independente, qualidades estas que os dias passados manobrando a jangada no alto mar lhe imprime, é tido como preguiçoso, pois em terra firme não gosta de se dedicar a outras atividades.

Nesse contexto, Urry (2001, p.52) afirma que nas aldeias antigas, a pesca constituía-se a principal atividade econômica, as casas eram construídas dando as costas para o mar que se apresentava como espaço do trabalho, da labuta e definitivamente não era ambiente valorizado pela elite. O mar efetivamente era para pescar, não para se contemplar por meio das atividades de lazer, as zonas de praia eram o que Corbin (1989) definiu de “território do vazio” e do medo.

Nesse sentido, Dantas (2007, p.269), afirma que até o segundo quartel do século XX, as praias eram o reino quase que absoluto dos usuários e dos usos ligados à atividade pesqueira. No entanto, paulatinamente as zonas de praia absorvem novos usos e usuários, tal fenômeno dar-se-á pelo viés da valorização das zonas de costa pela elite. Esta valorização, segundo o autor insere-se numa lógica mais ampla de transmutação de mentalidade que se origina no Velho Mundo (Europa), permitindo dessa forma a efetivação de novas práticas litorâneas. O autor pontua que essas práticas, grosso modo, não impõem grandes transformações na paisagem, pois estão ligadas às práticas de tratamento da saúde, aos passeios em noite de lua cheia. A ocupação/urbanização das zonas de praia inicia-se a partir da adoção de novas práticas marítimas pela elite como os banhos de mar e a vilegiatura marítima. Dantas (2007, p.270) destaca que,

Com o advento de uma sociedade de lazer, o processo de incorporação das zonas de praia se amplia. De espaços tradicionalmente ocupados por pescadores e lugar de habitação dos pobres passa-se à sua valorização como espaços de lazer e de habitação das classes de alto poder aquisitivo, fato que culmina na construção de calçadões e de residências desse segmento da sociedade ao longo da praia.

Pereira (2012, p.17), aponta que o século XX foi pedra angular nesse processo de urbanização paralela à linha de costa, instituiu-se a partir da disseminação da valorização do litoral, processo esse fundamentado na inserção das funções de lazer associadas ao mar e ao marítimo no cotidiano da sociedade urbana brasileira. De acordo com o autor, no Brasil do século XX, inaugurou-se o urbanismo e paisagismo das praias urbanas em função do lazer e do bem-estar das elites.

Para Pereira, Dantas e Gomes (2016, p.13), a transição entre o fim do século XIX início do XX traz consigo o desejo pelo mar que ganha tônica verdadeira. Dá-se a implementação das práticas marítimas modernas no Brasil, que possibilita aproximação gradativa da sociedade local aos espaços litorâneos. Os banhos de mar inicialmente eram de cunho terapêutico, a sociedade local se aproxima de forma tímida do litoral, paralelo a esse movimento, assiste-se outro o da vilegiatura marítima, na década de 1990 temos o turismo litorâneo associados aos banhos de sol e mais recentemente nos anos 2000, a inserção/produção de complexos eólicos.

No Brasil à atração pelos espaços litorâneos, pode ser explicada por mudanças ocorridas pelos novos desejos das elites europeias, posteriormente as americanas, que se manifestam no final do século XVIII. Segundo Schossler (2010, p.67), na Europa do século XVIII difundiu-se entre os enfermos práticas variadas de tratamento de doenças a partir das águas termais, com intuito de cura ou milagre. O tratamento era recomendado por médicos ou especialistas em hidrologia, com objetivo de atenuar reumatismos, tosses, gota ou tratar da saúde das mulheres.

Segundo a pesquisadora pode-se dizer que “[...] os banhos praticados em águas de estâncias termais, sanatórios, casas de banho e balneários tiveram como pioneiros os ingleses, que foram, igualmente, os precursores na criação de estruturas balneárias, incorporadas, posteriormente, por alemães e franceses”. Boyer (2003, p.22), destaca que no início do século XVIII em Bath – Cornualha (Inglaterra), “tomar as águas não era mais uma obrigação, mas um prazer mundano”. O autor aponta a figura de Richard Nash como personagem que revolucionou o sucesso termal, “o valor das águas era atestado pelos médicos e pelas análises das águas; banhos, duchas e bebidas foram regulamentados, o tratamento durava vinte e um dias, a prática terapêutica consistia na sufocação por imersão”.

Pires (2001, p.4), diz ter sido “um certo Dr. Russel” que no século supracitado, torna-se figura central no que diz respeito aos méritos do banho de mar, fazendo com que posteriormente surja as estâncias costeiras como alternativa. No caso do Brasil o mar é descoberto à medida que ocorrem substanciais mudanças nos modos de viver ocidentais. A visita frequente às praias brasileiras como as do Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Natal, Fortaleza torna-se um fenômeno de massa pós-segunda guerra. Na análise de Pires (2001, p.56), pode-se destacar fragmento importante determinando que,

O início do prestígio das águas para saúde e dos banhos de mar começou com a própria vinda da Família Real e, ao que parece, foram seus membros os maiores propagandistas, na proporção em que, por exemplo, outros integrantes do Palácio e a população em geral, se dispuseram a tomar águas minerais e banhos salgados.

No Nordeste, só apenas no final da década de 1990, a atividade turística ganha notoriedade, isso se deve as mudanças intensas de como conceber economia e política. Observa-se novas formas de atuação dos Estados, o que representa transformações significativas que conduzem para uma nova trajetória da economia da região (PEREIRA; DANTAS; GOMES, 2016), vislumbra-se o turismo como tábua de salvação. Cabe destacar baseando-se em Santos (2013, p.148), que já na década de 1970 o Nordeste apresentava-se como promissor na atividade turística, nascia nos governos nordestinos a ideia de explorar a atividade.

Aragão (2005, p.50), aponta que na década de 1970 período conhecido como “Milagre Econômico” associava-se desenvolvimento à crescimento industrial, ou seja, só era possível desenvolver-se por meio de massiva industrialização, o autor aponta que,

Por seguir esse pensamento, os militares não consideravam o turismo como potencial atividade geradora de divisas no modelo de desenvolvimento adotado. Os fluxos turísticos para a Região Nordeste eram predominantemente internos e a cidade de Salvador se sobressaía por já ter se comportado como destino turístico no final dos anos 1960. Mesmo assim, considera-se também ter sido na década de 1970 que começaram a aparecer os primeiros interesses dos governantes nordestinos em transformar os seus litorais em produto turístico voltado aos preceitos econômicos, pelo seu potencial mercadológico já comprovado em outros países.

O turismo se desenvolve graças ao binômio publicidade-propaganda, essa junção permite formar opiniões internas na escala local e externas em âmbito regional, nacional e internacional. Como exemplo, Dantas (2002, p.57) apresenta Fortaleza capital do Ceará que teve suas opiniões internas marcadas pela criação de uma consciência turística, que busca convencer a população autóctone da vocação turística do Estado (Ceará) e da própria Metrópole (Fortaleza). Por outro lado, tem-se a opinião externa, marcada pelo reforço da imagem turística da cidade, que é apresentada como paraíso para os turistas que vem em busca de “consumir” as paisagens litorâneas. Dessa forma, constrói-se imagem para difundir o processo de modernização em evidência no Ceará, tenta-se obscurecer quadro comprometedor de uma imagem trágica associada ao imaginário social da seca que impedia o desenvolvimento do turismo.

A década de 1990 é pedra angular nesse processo, pois se assiste o desenrolar de programas que se voltam para o turismo, pode-se aqui destacar políticas públicas federais em consonância com esfera estadual e/ou municipal, que tinham por objetivo melhoria da infraestrutura nordestina, em especial municípios litorâneos de relevância turística, destaque para a política de “Megaprojetos turísticos” seguida do PRODETUR/NE, a primeira busca ampliar a infraestrutura hoteleira regional, já a segunda pretende aperfeiçoar aspectos da infraestrutura básica e de acesso, bem como aperfeiçoar o sistema institucional de gestão da atividade turística (TAVEIRA, 2015).

É nesse contexto que emerge o divisor de águas que é o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE), financiado com recursos do BID e tendo o Banco do Nordeste como órgão executor. Nota-se injeção de amplos investimentos, cujo objetivo central é aprimorar a infraestrutura urbana que irá atender o turismo como saneamento, transportes, urbanização; implantar projetos de proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural; capacitar profissionais e fortalecer as administrações de estados e municípios da região. De acordo com Silva *et al* (2006, p.24), na primeira fase do PRODETUR-NE entre os anos de 1995 a 2003, foi previsto investimento de 900 milhões de reais para os estados nordestinos, quantia distribuída diferencialmente entre os estados, Bahia fica com maior parcela 300 milhões, em seguida o Ceará com 160 milhões o que totaliza 51% do volume de recursos totais.

Por meio do programa que atua em escala regional, incorpora-se as zonas de praia dos municípios litorâneos à lógica de valorização turística. As capitais nordestinas têm papel preponderante no processo, pois acabam sendo transformadas em ponto de recepção e disseminação dos fluxos turísticos, sofrendo intensa urbanização nos espaços litorâneos. Observa-se planejamento que se desenvolve em função das atividades de lazer que se concentram no litoral metropolitano nordestino, fato que se efetiva nos anos 1990 justamente quando o PRODETUR-NE investe centenas de milhões de dólares na produção de um espaço mais fluído capaz de inserir o Nordeste no circuito mundial dos lugares visitados por estrangeiros (PEREIRA, 2012). Moraes (1987, p.179), aponta que o processo de urbanização se dá de forma acelerada e “as metrópoles capitalistas são a melhor expressão desse processo [...], a Metrópole em particular é um exemplo privilegiado das contradições desse modo de produção” o autor ainda destaca que,

[...] é evidente que a forma metropolitana de organizar o habitat humano, não é certamente, a mais adequada para a saúde mental e física dos indivíduos. Sendo uma imposição do capital, sua existência e multiplicação não poderia ser mesmo um resultado da vontade coletiva dos homens residindo aí todo o processo de alienação espacial do homem metropolitano.

Na análise de Cordeiro, Bento e Brito (2011, p.356), pode-se dizer que durante séculos a cana-de-açúcar permitiu ao Nordeste posição de destaque no cenário nacional, realidade que se inverte no início do século XX com o processo de industrialização brasileiro, fazendo com que a região perca notoriedade. Dessa forma percebe-se que a resposta para reerguer a economia da região, estava dentro do seu próprio território, ou seja, por meio do turismo litorâneo.

O litoral nordestino, tem a seu favor para o desenvolvimento do turismo extensa linha de costa, que apresentam variados tipos de paisagens e espaços singulares para a exploração da atividade, como destaque temos os estados Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte, que apresentam metrópoles mais dinâmicas e processo de turistificação consolidado em seus interstícios urbano-litorâneos. A Região Metropolitana de Salvador - BA apresenta maior extensão com 298 km; já os litorais das Regiões Metropolitanas de Fortaleza - CE, Recife - PE e Natal - RN apresentam respectivamente 159 km, 118 km e 78 km.

Agora o Nordeste tem mais um desafio pela frente, tenta solucionar a maior catástrofe ambiental que já ocorreu ao longo da história, um imenso vazamento de óleo desde agosto de 2019, onde não se sabe a origem. Em menos de 2 meses 250 locais foram atingidos ao longo de 2.500 km de costa, prejudicando e matando animais, ecossistemas e economia da região. A dinâmica turística será afetada, tendo em vista que toda a zona de costa nordestina apresentou problemas ambientais com as inúmeras manchas de óleo. Deixamos aqui a reflexão, a culpa é de quem?

## CONCLUSÃO

O Nordeste passou por diversificadas fases que contribuem para fomentar sua imagem associada às atividades econômicas, que vão das tradicionais até as mais modernas como agronegócio e o turismo. Em tempos pretéritos o Nordeste dividia-se em duas grandes sub-regiões, a faixa úmida do litoral oriental e o interior semiárido sistemas econômicos que caracterizaram o período colonial. Tem-se a Zona da Mata especializada na produção de açúcar e o sertão ligado a pecuária e a produção algodoeira.

Em 1959 com a SUDENE, a região vivencia projeto “modernizante”, este se apresenta com objetivo central de identificar os principais problemas da região, planejar formas de superá-lo e apontar mecanismos eficazes que possam trazer desenvolvimento econômico e social. O Nordeste por muito tempo foi considerado “região problema” em decorrência das limitações físico-geográficas presente no clima semiárido, o que denota a existência de dois quadros simbólicos para a região, um que fortalece a imagem negativa numa tentativa de fortalecer oligarquias ligadas à produção algodoeira-pecuarista. O segundo coloca em prática novo discursos que apresenta o semiárido a partir de outro prisma, relacionando-o a uma virtualidade. As políticas desenvolvimentistas redimensionam a região, fragmentando-a em razão de sua nova função pautada na “vocaçãõ” turística e agrícola.

Conclui-se que existem vários “Nordestes” que se apresentam e suas mais variadas formas climáticas, humanas, culturais que se diferenciam entre si. A reflexão que envolve o Nordeste é retomada, suas virtualidades são evidenciadas a partir do surgimento de dois “Nordestes”, um do agronegócio e outro do turismo litorâneo. Dessa forma, percebe-se que ao longo do tempo e da história paulatinamente as culturas tradicionais nordestinas, como a cana-de-açúcar e algodão perdem importância nas exportações, abrindo espaço para produtos como uva (sem semente), manga (sem fibra), melão, castanha e caju. Por meio da introdução de novas culturas e da transformação de produtos nacionais, contribuiu-se na reelaboração e ressignificação de símbolos da agricultura nordestina, pautados nos frutos tropicais, saudáveis e naturais, associados ao clima e à beleza da região.

Além da difusão do agronegócio no campo, assiste-se ao desenvolvimento urbano das capitais nordestinas, em conjunto com atividades ligadas aos espaços idílicos de lazer litorâneo que apresentam elementos preponderantes para a construção de nova imagem fundante. O mar passa a ser descoberto à medida que ocorrem substanciais mudanças nos modos de viver ocidentais no final da década 1990 à atividade turística ganha notoriedade por meio do PRODETUR/NE. Observa-se mudanças intensas no modo de conceber economia e política, os governantes nordestinos transformam o litoral em produto turístico em decorrência de seu potencial mercadológico.

Durante séculos as atividades tradicionais permitiram ao Nordeste posição de destaque no cenário nacional, realidade que se inverte no início do século XX, com o processo de industrialização que faz com que a região perca importância. A resposta para reerguer a economia viria da atividade turística que se mostrou como “tábua de salvação”. Dessa forma, pode-se concluir que as atividades tradicionais fomentaram imagem negativa do Nordeste para justificar sua existência, o que fez com que por muito tempo negligenciasse à atividade turística, ao passo que o agronegócio e o turismo para se desenvolverem, obscureceu a ideia de “região problema” e construiu imagem positiva de um Nordeste rico e cheio de possibilidades.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1964. 266 p.

ANDRADE, Manuel Correia de. **As alternativas do Nordeste**. 19. ed. Recife: Universitária, 1983. 123 p.

\_\_\_\_\_, Manuel Correia de. **O Nordeste e a questão regional**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993. 70 p.

ARAGÃO, Raimundo Freitas. **Das práticas marítimas modernas à elaboração da imagem turística de Fortaleza/Ceará**. 2005. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Geografia, Universidade Federal do Ceará - Ufc, Fortaleza, 2005.

ARAÚJO, Tania Bacelar de; SANTOS, Valdeci Monteiro dos. Desigualdades regionais e Nordeste e formação econômica do Brasil. In: ARAÚJO, Tarcísio Patrício de; VIANNA, Salvador Teixeira Werneck; MACAMBIRA, Júnior (Org.). **50 anos de Formação Econômica do Brasil: Ensaio sobre a obra clássica de Celso Furtado**. Rio de Janeiro: Ipea, 2009. Cap. 7. p. 177-200.

AQUINO, Aécio Villar de. **Nordeste Agrário do Litoral numa visão histórica**. Pernambuco: Asa Pernambuco, 1985. 112 p.

ALVES, Vicente Lemos Eudes. Os cerrados piauienses e sua nova lógica de reprodução capitalista. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Bnb, 2006. p. 235-258.

ALVES, Larissa da Silva Ferreira. **Culturas de ordenamento territorial do turismo das Regiões Metropolitanas de Fortaleza - CE, Natal - RN, Recife - PE e Salvador - BA**. 2013. 297 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Geografia, Universidade Federal do Ceará - Ufc, Fortaleza, 2013.

ALVES, Larissa da Silva Ferreira; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Turismo e região nordeste brasileira: reconfiguração territorial litorânea da Colônia ao II PND. **Geosul**, Florianópolis, v. 31, n. 61, p.7-32, jun. 2016.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 3. ed. Recife: Cortez, 2006. 338 p.

BOYER, Marc. **História do Turismo de Massa**. São Paulo: Edufba e Edusc, 2003. 168 p.

CORBIN, Alain. **O território do vazio: A praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 385 p.

CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio Janeiro: Bertrand Brasil, 1992. 247 p.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. 468 p.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões. [Edição especial]**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. 597 p.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; MOTA, Dalva Maria da; SILVA, Pedro Carlos Gama da. Transformações recentes nos espaços de fruticultura do Nordeste do Brasil. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Bnb, 2006. p. 117-150.

CORDEIRO, Itamar; BENTO, Eloíza; BRITTO, Carlos. Turismo e desenvolvimento sustentável: considerações sobre o modelo de resorts no litoral nordeste do Brasil. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.355-369, dez. 2011.

DANTAS, Eustógio W C. METROPOLIZAÇÃO TURÍSTICA EM REGIÃO MONOCULTORA INDUSTRIALIZADA. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 2, p.65-84, 30 set. 2013. Mercator - Revista de Geografia da UFC.

\_\_\_\_\_, Eustógio Wanderley Correia. A construção da imagem turística de Fortaleza/Ceará. **Mercator**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p.53-60, jun. 2002.

\_\_\_\_\_, Eustógio Wanderley Correia. **MAR À VISTA: Estudo da Maritimidade em Fortaleza**. 2. ed. Fortaleza: Edições Ufc, 2011. 103 p.

\_\_\_\_\_, Eustógio Wanderley Correia. O pescador na terra. In: BORZACCHIELLO, José; CAVALCANTE, Tércia; DANTAS, Eustógio. **Ceará: novo olhar geográfico**. 2. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007. p. 263-279.

\_\_\_\_\_, Eustógio Wanderley Correia. Imaginário social nordestino e políticas de desenvolvimento do turismo no Nordeste brasileiro. **Geosp: Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 5, n. 22, p.09-30, ago. 2007.

ELIAS, Denise. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Org.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Bnb, 2006. p. 15-21.

ELIAS, Denise. Agronegócio globalizado e (re) estruturação urbano-regional. In: XVII ENANPUR, 2017, São Paulo: pp.1 - 16. **Desenvolvimento, crise e resistência: quais os caminhos do planejamento urbano e regional**.

\_\_\_\_\_, Denise. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 13, n. 2, p.153-167, nov. 2011.

EMBRAPA (Brasil) (org.). **Desenvolvimento Territorial Estratégico para Região do MATOPIBA - Parceria INCRA e EMBRAPA (MDA e MAPA) Grupo de Inteligência Territorial Estratégica**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/gite/projetos/matobipa/>. Acesso em: 02 abr. 2020.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 351 p.

GARCIA, Carlos. **O que é Nordeste brasileiro**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. 92 p.

GTDN, Grupos de Trabalho Para O Desenvolvimento do Nordeste -. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. 2. ed. Recife: Sudene, 1967. 93 p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 220 p.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 208 p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeção da População Brasileira**. 2017. Disponível em: [<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>](https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/). Acesso em: 18 mar. 2019.

\_\_\_\_\_, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: [<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm). Acesso em: 12 out. 2018.



LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. **Caiçaras, Migrantes e turistas**: a trajetória da apropriação da natureza no litoral norte paulista (São Sebastião - Distrito de Maresias). 1992. 214 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Departamento de Sociologia, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, São Paulo, 1992.

MADRUGA, Antônio Moacyr. **Litoralização**: da fantasia de liberdade à modernidade autofágica. 1992. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Geografia, Universidade de São Paulo - Usp, São Paulo, 1992.

MORAES, Antônio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Crítica**: a valorização do espaço. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1987. 196 p.

MONTEIRO, Maria do Socorro Lira; AGUIAR, Teresinha de Jesus Alves. Ocupação do cerrado piauiense: valorização fundiária e consequências ambientais. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Bnb, 2006. p. 211-233.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**: Sudene, Nordeste, Planejamento e conflitos de classes. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1977. 136 p.

PEREIRA, Alexandre Queiroz; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; GOMES, Iara Rafaela. **Lazer na praia**: segunda residência e imobiliário turístico no Nordeste. Fortaleza: Edições Ufc, 2016. 103 p.

PEREIRA, Alexandre Queiroz. **A urbanização vai à praia**: contribuições da vilegiatura marítima à metropolização no Nordeste do Brasil. 2012. 350 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Geografia, Universidade Federal do Ceará - Ufc, Fortaleza, 2012.

PIRES, Mário Jorge. **Raízes do Turismo no Brasil**. São Paulo: Manole, 2001. 236 p.

RAMOS, Soraia de Fátima. Uso agrícola do território e os espaços luminosos da fruticultura no semiárido brasileiro. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Bnb, 2006. p. 151-172.

SILVA, José Borzacchiello da et al. **Litoral e sertão**: natureza e sociedade no nordeste brasileiro. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. 446 p.

SANTOS, Jean Carlos Vieira. **Região e destino turístico**: sujeitos sensibilizados na geografia dos lugares. São Paulo: All Print, 2013. 215 p.

SCHOSSLER, Joana Carolina. "Ir às curas": Discurso terapêutico versus práticas de lazer. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p.65-77, jun. 2010.

TAVEIRA, Marcelo da Silva. A turistificação de São Miguel do Gostoso: a internacionalização da "cidade dos ventos". **Revista Turismo y Desarrollo Local**, Espanha, v. 8, n. 19, p.1-16, dez. 2015.

URRY, John. **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. 3. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001. 231 p.

XIMENES, Luciano. Comércio exterior do agronegócio no Nordeste. **Caderno Setorial Etene**: Banco do Nordeste - BNB, Fortaleza, v. 4, n. 70, p.1-13, mar. 2019.

---

<sup>i</sup>Os autores do artigo atualmente trabalham na perspectiva do surgimento de nova imagem fundante do Nordeste, que sai de região do atraso e da dependência energética para de maior produtora de energia eólica. Hoje por conta de sua posição geográfica favorável, o Nordeste é agraciado com ventos alísios intensos e constantes que permitem que a região ganhe notoriedade, pois aqui concentra-se maior número de aerogeradores de energia eólica em território nacional, mas como ainda é tese não finalizada procuramos se abster desse debate aqui.

<sup>ii</sup> Os autores indicam o documentário Ser Tão Velho: Cerrado. Disponível nas plataformas de *streaming* Netflix e Prime Vídeo.